

Considerações finais

Marcelo Fadori Soares Palhares
Gisele Maria Schwartz

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PALHARES, MFS., and SCHWARTZ, GM. Considerações finais. In: *Não é só a torcida organizada: o que os torcedores organizados têm a dizer sobre a violência no futebol?* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 111-119. ISBN 978-85-7983-742-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futebol é um esporte de grande representatividade social na cultura brasileira. Seja na prática, seja na fruição, o futebol é parte significativa das atividades de lazer de boa parte da população do país. Tendo em vista a relevância do tema, nossa preocupação voltou-se para o estudo de um fenômeno que ocorre “fora das quatro linhas” desse esporte: a violência envolvendo espectadores de futebol, particularmente as torcidas organizadas.

Essa violência está presente em diversos países onde o futebol é praticado, entre eles o Brasil. Pensando na realidade brasileira, selecionamos os torcedores organizados como objeto de nossa pesquisa, pois desejávamos saber o que teriam a dizer sobre a violência. Nosso objetivo foi investigar os discursos de torcedores organizados acerca da violência no futebol brasileiro, para posteriormente interpretá-los à luz da teoria de Johan Galtung (Galtung, 1969, 1980, 1985, 1990, 1994, 2004).

Identificamos que os torcedores organizados reconheciam quatro principais formas de violência no futebol brasileiro: agressão, precariedade de infraestrutura física e serviços dentro dos estádios, má gestão e organização do futebol e ineficiência dos serviços públicos. Em seguida, cotejamos os quatro discursos com o referencial teórico galtuniano, a fim de detectar as aproximações

das torcidas organizadas dos conceitos de paz e violência de Galtung.

Com base nos resultados de nossa pesquisa, é possível mencionar algumas potencialidades e limitações no debate sobre a violência no futebol por parte do grupo de torcedores entrevistado. Os torcedores, por exemplo, reconhecem e denunciam formas de violência que comumente são deixadas em segundo plano, sobretudo suas formas estruturais. Além disso, às vezes também reconheciam os erros cometidos por sua torcida, como o protagonismo nos episódios de violência direta. Essa visão das torcidas pode contribuir para o debate sobre a violência no futebol.

Por outro lado, durante as entrevistas, os torcedores organizados deixaram de considerar aspectos importantes da violência no futebol, o que contribuiu para a limitação do debate. O potencial dos meios de comunicação para atuar como agentes de violência, o preconceito, o racismo e os interesses econômicos envolvidos no futebol não foram mencionados e tampouco considerados como formas de violência.

Não temos aqui a pretensão de esgotar a discussão sobre violência no futebol e tampouco apresentar soluções definitivas para a questão, pois reconhecemos a complexidade do fenômeno. Além disso, trata-se de uma questão que deve ser objeto de constantes reflexões, haja vista a frequência dos episódios de violência envolvendo espectadores de futebol. Cabe lembrar que essa violência não diz respeito apenas às torcidas organizadas. Agressão física e abuso por parte de autoridade policial nos estádios, por exemplo, também podem ser encarados como situações de violência no futebol.

Dessa maneira, o viés de nossa investigação acadêmica consistiu em evidenciar e abordar elementos que vêm sendo constantemente deixados em segundo plano nas discussões sobre o assunto. Esse exercício destina-se a ampliar, aprimorar, contribuir e enriquecer o debate sobre a violência no futebol brasileiro. Logo, a intenção aqui não é subestimar os episódios de violência direta entre torcedores organizados, mas sim problematizar tal questão, aler-

tando que o fenômeno da violência no futebol não pode ser reduzido somente a esse tipo de ocorrência.

Os estudos acadêmicos (e, conseqüentemente, a academia) podem representar um importante canal de debate e problematização, principalmente quando partem de um viés diferenciado: o viés da compreensão, em detrimento daquele que ressalta o preconceito ou o estigma. Animalizar os torcedores organizados provoca um distanciamento desse grupo, pois exclui da lógica do pensável suas práticas e representações.

No debate sobre a violência no futebol, é preciso lembrar sempre que o torcedor organizado (e o torcedor comum) é um cidadão que possui direitos e deveres, independentemente de seu envolvimento ou não com a violência. Outro ponto a ser ressaltado é o contexto de envolvimento com a violência. Em alguns contextos, a violência é premeditada, buscada, almejada. Em outros, porém, é espontânea, ocasional, situacional. Muitas vezes, o envolvimento com episódios de violência decorre do contexto. Isso significa que em certas situações a violência aparece como a única forma de resolver um conflito.

Nesse sentido, a violência como prática social é julgada, avaliada de acordo com os parâmetros simbólicos e morais, os quais, por sua vez, operam como marco interpretativo de um indivíduo, grupo, comunidade ou sociedade (Cabrera, 2012). Além disso, nunca se deve esquecer que a violência é um fenômeno que independe da situação socioeconômica de seus atores. Logo, existem torcedores violentos em diferentes locais do estádio, inclusive nas torcidas organizadas.

A violência é vista como um fenômeno estritamente negativo. O Estado moderno a expõe para a sociedade sob a forma de recriação, já que detém o monopólio do uso da força e da violência. Os meios de comunicação a apresentam sob a forma de espetacularização, em diversos programas e reportagens envolvendo o assunto, muitas vezes de maneira sensacionalista. Em decorrência da condição marginal e negativa da violência, nenhum ator social quer ser definido como “violento”. Esse fato gera um embate na defi-

nição do rótulo de “violento”, que necessariamente será dado a alguém. Desse embate participam distintos atores sociais, situados em diferentes posições da estrutura social.

Independentemente do assunto tratado, em todo debate existem lugares e posições discursivas mais apropriadas que têm mais poder para determinar o que é e o que não é válido. Essa condição também se faz presente no caso da violência, pois existem discursos e lugares discursivos para determinar o que é e o que não é violento.

Como afirma Garriga Zucal (2013, p.9), a partir de fatos violentos inicia-se um “jogo de luzes e sombras”, um jogo que determina a iluminação ou a sombra da responsabilidade sobre a violência de diferentes atores do futebol. Nesse jogo, a atribuição ou retirada da culpa de determinado sujeito, instituição ou grupo não ocorre por ingenuidade, mas sim por perversidade (Garriga Zucal, 2013). É como se houvesse um silenciamento intencional, (coloca-se na sombra) da própria participação na violência, para apontar a participação alheia.

Como pudemos verificar em nosso estudo, às vezes os torcedores organizados silenciam sobre a própria participação nos episódios de violência. Todavia, surge um questionamento: será que as federações, CBF, polícia e televisão não fazem o mesmo? Será que esses atores não silenciam sobre as suas próprias contribuições para a violência no futebol?

Com base nos dados desta investigação, podemos especular que sim, pois muitos debates sobre a violência – realizados em espaços centrais e com ampla divulgação, como a televisão – há anos seguem responsabilizando única e exclusivamente as torcidas organizadas pela violência no futebol. Contudo, esses mesmos debates continuam omitindo outros aspectos da questão. Além disso, existem atores centrais nessa discussão (Lopes, 2012) que poderiam e/ou deveriam propor outros elementos para ser debatidos, a exemplo dos torcedores organizados, que se mobilizam em torno de uma agenda (preço do ingresso, horário dos jogos, infraestrutura física dos estádios, serviços disponibilizados aos torcedores etc.).

Logo, o debate sobre violência no futebol por vezes é caracterizado por desconhecimento e superficialidade, além da culpabilização de um único ator: as torcidas organizadas.

Resta uma pergunta: essa culpabilização seria intencional? Pensar sobre um problema (a violência no futebol) e encontrar um culpado (as torcidas organizadas) não implicaria uma intenção deliberada de jogar luz sobre a responsabilidade das torcidas, para lançar sombra sobre a responsabilidade dos outros atores do futebol? Acreditamos que sim. Tal atitude, porém, nada contribui para a compreensão de um problema complexo e muito menos para a elaboração e promoção de políticas públicas eficazes.

Qualquer análise sobre a violência no futebol brasileiro deve levar em conta a relação dos diversos atores do futebol com a violência. Isso significa que torcedores comuns, policiais, jornalistas, dirigentes e, também, torcedores organizados possuem práticas e representações violentas. Partindo desse pressuposto, sugerimos uma reflexão: quem seria o mais violento? O torcedor organizado que participa de confrontos físicos, o torcedor comum que apoia e reforça o racismo e o preconceito, o jornalista sensacionalista que cria um clima de guerra e confronto em torno de uma partida, o dirigente que desvia dinheiro do clube ou o policial que pratica abuso de poder? Aparentemente, não é possível saber exatamente qual desses atores seria o mais violento.

Nesta reflexão, defendemos que reduzir a discussão da violência no futebol meramente à ação das torcidas organizadas fragmenta a análise desse complexo fenômeno e se mostra improdutivo. Acreditamos que o frequente envolvimento das torcidas organizadas com a violência direta (acontecimento que atrai audiência) levou-as para o centro das atenções, atribuindo-lhes a culpa. A isso pode-se acrescentar o fato de as torcidas organizadas enxergarem a violência, em alguns contextos ou situações, como algo positivo, aceitável, justificável, justo, necessário, ao passo que os demais atores do futebol – que também possuem práticas e representações violentas – a rechaçam ou lhe atribuem valor negativo, classifi-

cando-a de vexatória, vergonhosa, deprimente etc.¹ É preciso lembrar que, apesar da condenação discursiva da violência direta, muitos torcedores (comuns ou organizados) também colaboram para a sua ocorrência.

Julgamos que a conjunção desses dois fatores – frequente envolvimento e julgamento moral específico da violência – contribuiu para que as torcidas organizadas assumissem o papel de “principais responsáveis” pela violência no futebol brasileiro. Todavia, conforme pudemos apresentar ao longo deste livro, esse raciocínio não é tão linear e simples.

Por essa razão, este estudo destina-se a expandir e aprimorar a discussão sobre a violência no futebol. Para tanto, utilizamos como base o referencial teórico sobre paz e violência do sociólogo norueguês Johan Galtung. Com base nos dados de nossa investigação, pudemos concluir que:

- 1) Os torcedores organizados acreditam na existência de quatro formas de violência no futebol brasileiro;
- 2) As torcidas organizadas aproximam-se dos referenciais de paz e violência, por meio de distintas práticas e representações;
- 3) O referencial galtungiano mostra-se produtivo para análises sobre violência e futebol, pois permite uma visão global e complexa sobre a questão.

1. Cabe aqui uma ressalva. De acordo com Alabarces (2012), a violência direta apresenta consensos no mundo futebolístico. Ou seja, considera-se a violência aceitável em certas situações. Por mais que seja combatida discursivamente por torcedores (comuns ou organizados), os mesmos torcedores que a denunciam e repudiam cantam músicas que a enaltecem, vangloriam-se das vitórias de suas torcidas em confrontos violentos e zombam dos fracassos alheios. Podem-se destacar, ainda, as práticas de intolerância (principalmente sexual), como o grito de “Oooô, biiiicha!” durante o tiro de meta do time adversário. Essas práticas são massivas em um estádio de futebol e ocorrem, inclusive, nos setores mais “nobres” do estádio.

A primeira conclusão tem como base a análise discursiva realizada. Os quatro principais discursos – D(1), D(2), D(3) e D(4) – evidenciam a existência de quatro tipos de violência. Os torcedores organizados se consideram, ao mesmo tempo, vítimas e produtores de violência direta, porém somente seriam vítimas das três formas de violência estrutural.

Cabe salientar a importância das diferenças discursivas apresentadas, uma vez que não contemplam apenas o âmbito linguístico, mas também a constituição de diferentes sujeitos. Quando o torcedor afirma X, e não Y, sobre a violência, ele se aproxima de determinada definição. Isso significa que ele se autodefine como tal. A autodenominação é a tentativa de se estabelecer como tal, pois constitui um primeiro mecanismo de identidade e identificação, como afirma Hall (2003).

Acerca da segunda conclusão, foi com base no referencial galtuniano que pudemos aproximar práticas e representações das torcidas organizadas dos conceitos de paz e violência. Esse aspecto é relevante, porque nos afasta da concepção estritamente negativa em relação às torcidas organizadas. A perspectiva galtuniana também nos permite relacionar as torcidas organizadas com o referencial de paz e, a partir disso, perceber a contribuição desses grupos para um cenário de paz. As torcidas organizadas têm importância no ambiente do futebol, pois são protagonistas em cenários de paz (como na luta contra a violência estrutural). Isso nos leva à terceira conclusão.

A terceira conclusão deriva da necessidade de uma perspectiva ampla, e não restrita à violência física, quando as práticas e representações são consideradas violentas. Dessa maneira, defendemos que os óculos da teoria galtuniana não levam a enxergar apenas “o lado ruim” (aproximação do conceito de violência) das torcidas organizadas. Essa teoria também seria capaz de fazer enxergar “o lado bom” (aproximação do conceito de paz), evidenciando tais grupos não apenas como produtores, mas também como vítimas da violência.

A violência ocorre por intermédio de dois mecanismos principais: a mudança da cor moral dos atos e a opacidade da realidade. Desconsiderar as violências do tipo estrutural e cultural cometidas contra o torcedor é tornar a realidade opaca, mudando assim a cor moral dos fatos, como o preço dos ingressos, as condições de infraestrutura física dos estádios, o horário dos jogos, o tratamento dispensado ao torcedor, a disponibilidade de transporte, o cambismo, o abuso de autoridade, a corrupção, entre tantos outros. Por essa perspectiva, essas situações, que na verdade são de cor moral vermelha (inaceitáveis), seriam consideradas apenas de cor amarela ou verde (compreensíveis ou aceitáveis). Poderiam, portanto, ser naturalizadas, encaradas como pertencentes, “naturais” ao futebol, “coisas do futebol”.

Logo, análises restritas da violência, como evidencia Galtung (1969), pegam somente o peixe pequeno, deixando o graúdo escapar. Portanto, as violências estrutural e cultural presentes no futebol brasileiro não são resultados do acaso. Por mais que os indícios de redução dessas formas de violência demorem a surgir, não se deve desistir de combatê-las. Todavia, urge denunciar que esses fenômenos ainda seguem escamoteados, sobretudo no debate sobre a violência no futebol.

Indubitavelmente, esse debate deve contemplar a violência física, mas não pode limitar-se a tal aspecto, pois dessa forma uma parte importante da discussão sempre restará em segundo plano. Logo, não se pode desprezar o fato de que outros atores do futebol também são produtores e reprodutores de violência. Desconsiderá-lo significa contribuir para a manutenção tanto da violência estrutural quanto da violência cultural, visto que essas formas de violência permanecem intactas. Apesar de não serem tão explícitos, os impactos desses tipos de violência podem ser até mais graves que os efeitos da violência direta.

A denominação pejorativa das torcidas organizadas (“bárbaros”, “vândalos”, “desocupados” e outros tantos adjetivos) serve para discriminar, excluir e extirpar da participação no âmbito do futebol esses grupamentos de torcedores. Como já alertava

Galtung (1969, 1990), um dos grandes problemas é o poder de inclinação de recursos e serviços em favor dos interesses de determinados grupos. Nesse sentido, a denominação estritamente negativa dos torcedores organizados pode contribuir para um cenário de exclusão e/ou dominação dos torcedores organizados dos circuitos legítimos de decisão do futebol brasileiro.

Esse cenário contribui para a concentração do poder e das decisões por circuitos fechados de pessoas, grupos e instituições. Um desses circuitos é justamente o responsável pela elaboração e promoção de políticas públicas voltadas para o combate à violência no futebol. Grande ênfase é dada à violência física, ao passo que as outras formas são desconsideradas e/ou esquecidas (Lopes, 2013a). Levando em conta que a exclusão dos torcedores organizados é uma forma de violência estrutural, propomos, como perspectiva pacífica, a inclusão desses atores nos circuitos fechados de decisão. Essa inclusão deve contemplar a oportunidade de voto, veto e voz, e não ser apenas uma medida formal e/ou burocrática. Defendemos, assim, a necessidade de incentivar a participação de representantes das torcidas organizadas nas instâncias de elaboração e planejamento de políticas públicas destinadas à redução da violência no futebol, como é o caso da Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos (Consegue), a cargo dos Ministérios do Esporte e da Justiça.

Os resultados de nossa pesquisa indicam que a problemática da violência no futebol perpassa a organização, gestão e estrutura do futebol brasileiro, além dos episódios de violência física. Todavia, o que se deve buscar é um cenário de paz positiva, ou seja, um cenário de combate à violência direta e, ao mesmo tempo, de mitigação das violências estrutural e cultural. Essa medida pode retirar o monopólio do futebol das mãos de determinados sujeitos, grupos ou instituições e garantir que ele se torne um esporte democrático e popular.